FELISBERTO CALDEIRA BRANT – MARQUÊS DE BARBACENA

Foi 1º Visconde e Marquês de Barbacena Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e Horta, que nasceu em Mariana (Minas Gerais) em 19 de Setembro de 1772 e morreu no Rio de Janeiro a 13 de Junho de 1842, filho do coronel Gregório Caldeira Brant e de sua mulher D. Ana Francisca de Oliveira Horta.

Teve praça de cadete e frequentou o Colégio dos Nobres, em Lisboa, e a Academia de Marinha, depois do que se candidatou ao posto da capitão-de-mar-e-guerra, que não obteve por contar apenas com 11 anos.

Transferiu-se então para o estado-maior do exército no posto de major e foi ajudante de ordens  do governador de Angola.

Em 1807 retirou para o Brasil com D. João VI e fixando residência na Baía manifestou-se favorável à independência, pelo que teve de se retirar para o ência, pelo que teve de se retirar para o Rio de Janeiro em virtude das perseguições que principiava a ser vítima.

Proclamada a independência deputado às constituintes e por ocasião da campanha cisplatina foi nomeado comandante-chefe das forças brasileiras, tomando parte na batalha de Ituzaingo.

Exonerado dessas funções partiu para a Europa com o encargo de escolher esposa par D. Pedro I.

Em 1829 organizou um ministério, do qual fez parte como ministro da Fazenda, mas foi inesperadamente exonerado dessas funções, pelo que escreveu um ofício violento ao Imperador que foi divulgado impresso e com tal repercussão que veio a contribuir para a revolução de 1831, que originou a abdicação de D. Pedro I.

Em 1838, como ministro plenipotenciário, promoveu a interpretação do tratado de comércio com a Inglaterra.

Foi Conselheiro de Estado, Senador, mordomo da Imperatriz e atingiu no exército o posto de marechal. Casou na Baía em 1801 com D. Ana Constança Guilhermina de Castro Cardoso dos Santos, que nasceu em 1783 e morreu em 1817.

O título foi-lhe concedido em 1825; foi elevado a Marquês em 1826, por D. Pedro I.

Foi 2º Visconde Felisberto Caldeira Brant Pontes, que nasceu na Baía em 1802 e morreu no Rio de Janeiro em 1906, filho primogénito dos marqueses de Barbacena.

Seguindo a carreira militar, acompanhou seu pai em diversas missões oficiais. Foi deputado pela Baía.

Ocupou a presidência do Rio de Janeiro e foi o iniciador da construção do Caminho-de-ferro D. Pedro II, hoje Central do Brasil e outras linhas.

[in *Nobreza de Portugal e do Brasil*, coordenação de António Zuquete]

Descendente de uma família holandesa estabelecida no Brasil, nasceu Felisberto Caldeira Brant no arraial de S. Sebastião ao pé da cidade de Mariana em 1772.

Depois de estudar preparatórios em Minas Gerais, Felisberto Brant seguiu para o Rio de Janeiro onde se matriculou na Academia de Marinha. Martinho de Melo e Castro, para animar os estudiosos, estabelecera como recompensa para os premiados um posto de acesso; tantos prémios obteve o moço estudante, que saiu da Academia com direito ao posto de capitão-de-mar-e-guerra. Pareceu pouco razoável dar-se-lhe tão elevado posto, mas trocaram-lho pelo de major d’estado maior, e o lugar de ajudante de campo de seu tio, que fora governar Angola, onde o moço oficial se distinguiu por brilhantes serviços. Promovido a tenente-coronel de um dos regimentos de infantaria de linha da Baía, casou com uma senhora riquíssima.

Fez então brilhante figura na Baía, recebendo magnificamente Jerónimo Bonaparte, que ali foi com uma esquadra francesa, emprestando sem juros considerável quantia a um almirante inglês e ao mesmo tempo introduzindo importantes melhoramentos na agricultura da sua província. Fez uma viagem a Portugal, a tempo de acompanhar para o Brasil a família Real que fugia de Junot.

Em 1817 contribuiu para que a Baía não aderisse à revolução de Pernambuco, evitando assim, pela sua parte, que essa cidade fosse teatro dos mesmos horrores que inundaram de sangue as praças do Recife.

Em 1820 procurou que a Baía, ao reconhecer a revolução portuguesa, proclamasse ao mesmo tempo a independência brasileira. Não o conseguindo, partiu com licença para Inglaterra, e tendo ali conhecimento do modo como estava procedendo o príncipe D. Pedro, procurou levar os ministros ingleses a favorecerem a insurreição do Brasil.

Eleito deputado à constituinte brasileira em 1832, nomeado depois visconde e em seguida marquês de Barbacena, foi encarregado de negociar em Londres um empréstimo e o reconhecimento definitivo da independência do novo império, nomeado em seguida senador, e depois comandante em chefe do exército cisplatino.

Mostrou-se aí valente oficial e hábil organizador, mas teve a infelicidade de perder a batalha do Passo do Rosário, que foi um desastre mortal para as tropas brasileiras.

Não tardou a recuperar, no campo da diplomacia, o prestígio que a sorte das armas lhe fizera perder no campo da batalha. Encarregado por D. Pedro de acompanhar a Viena d’Áustria D. Maria II, ao saber que D. Miguel se proclamara rei absoluto em Portugal, tomou a resolução de modificar as ordens do imperador, levando para Londres a sua régia pupila e resistindo a todas as instâncias do ministério Wellington para que seguisse para Viena. Salvou assim a causa da liberdade portuguesa, perdida decerto se caísse nas mãos de Metternich a rainha constitucional de Portugal.

De Londres voltou ao Rio de Janeiro, onde o Imperador o encarregou de formar ministério. Conseguiu o marquês imprimir ao governo um carácter brasileiro e um carácter institucional; mas o imperador D. Pedro molestou-se com a atitude do marquês de Barbacena, e demitiu-o bruscamente, sem ao menos salvaguardar no decreto de demissão fórmulas honrosas para o ministro. Este protestou energicamente num ofício que publicou em folheto avulso, e que serviu de tema à oposição par guerrear asperamente o imperador, vindo a ser decerto uma das causas indirectas da abdicação deste soberano.

O marquês de Barbacena não teve contudo a mínima intervenção directa nesses acontecimentos. Em 1836 foi nomeado pelo regente Feijó ministro plenipotenciário em Inglaterra. Voltando ao Brasil com a saúde profundamente alterada, ainda tomou parte contudo nas lutas do senado, até que morreu no dia 13 de Junho de 1841.

General medíocre, estadista que não foi de primeiro plano, o marquês de Barbacena desempenhou contudo um papel dos mais importantes na história do Brasil, porque foi nessa nação juvenil o representante primoroso das grandes tradições da diplomacia e da politica constitucional inglesa.

(Pinheiro Chagas, 1909)